

# Fé e Ordem

## Um Instrumento a Caminho da Unidade

**Harald Malschitzky**

*Será preciso um terremoto ecumênico a fim de se caminhar como família o caminho do Conselho Mundial de Igrejas até as suas últimas conseqüências.<sup>1</sup>*

*Não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio de sua palavra, crerão em mim: a fim de que todos sejam um.<sup>2</sup>*

A primeira citação tenta refletir o momento ecumênico atual a nível de igrejas e movimentos que de alguma forma estão ligados ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI): uns como membros, outros como observadores ou apenas simpatizantes. Trata-se de uma observação um tanto cética feita a partir do andamento e dos resultados da VII Assembléia Geral do CMI, realizada no início de 1991 em Camberra (Austrália).

A segunda é uma palavra de Jesus, muito conhecida aliás. É difícil acontecer um encontro ou programa ecumênico (por menor que seja) sem que se evoque esta palavra, ainda que apenas em livre adaptação. Se, por um lado, esta palavra efetivamente tem sido e continua sendo um desafio em direção da unidade (que não precisa significar uniformidade!), por outro é preciso confessar que se trata de uma palavra abusada, maltratada, pisoteada.

Em Camberra uma declaração dos ortodoxos fala claro quando levanta a pergunta se não é chegada a hora e o momento de as Igrejas Ortodoxas reavaliarem sua forma de relação com o CMI<sup>3</sup>. O arcebispo Edward Cassidy, do Secretariado Pontifício para a Unidade dos Cristãos, declarou — também em Camberra — que a Igreja Católica Romana não tem a intenção de se filiar ao CMI<sup>4</sup>.

Será preciso um terremoto ecumênico...

A palavra de Jesus sobre a unidade permanece de pé, à revelia e apesar de seus seguidores. Ela não pode ser ignorada sob pena de o testemunho cristão no mundo perder de todo a sua credibilidade.

### 1. Um Passeio no Passado

O Conselho Mundial de Igrejas não inventou o ecumenismo nem foi o primeiro organismo a se preocupar com o escândalo que constitui o fato de as igrejas cristãs estarem divididas como estão. O caminho é exatamente inverso. Especialmente no século XIX muitos grupos, movimentos, igrejas e cristãos individualmente se deram conta de que não é possível perma-

necer tranqüilo diante do quadro de divisões e até de condenações recíprocas dos cristãos. A partir deste reconhecimento foram surgindo movimentos e entidades mais abrangentes de cunho ecumênico, mas somente em 1948 estes reconhecimentos e esforços vieram a culminar com a fundação do CMI.

A hoje assim chamada Comissão de Fé e Ordem (a designação “Fé e Constituição” parece inadequada) está no nascedouro do CMI. Seus inícios remontam ao ano de 1910<sup>5</sup>, quando nasceu o Movimento de Fé e Ordem. Os objetivos do Movimento de então e da Comissão de agora continuam os mesmos: discutir com e entre as diversas igrejas questões de fé, de celebrações litúrgicas e de ordenamentos jurídicos, dando ênfase àquelas questões que são controversas a ponto de provocar ou manter cisões. O alvo último que se tinha em mente era lograr, no caminho do diálogo fraterno e aberto, a unidade dos cristãos no século XX. No detalhe seguramente havia — e continua havendo — diferenças de como sonhar esta unidade dos cristãos, mas desde o princípio é certo que não se pensava em uma super-igreja, modelo rechaçado também quando da criação do CMI em 1948. Embora formulada oitenta anos mais tarde, a declaração sobre a Unidade da Igreja feita em Camberra neste ano me parece refletir aquilo que desde o princípio se buscava, ainda que as formulações tenham sido diferentes.

Segundo esta declaração, o objetivo é a confissão conjunta da fé apostólica, uma vida sacramental comum na comunhão batismal e eucarística, uma vida comum na qual membros e ministérios são reconhecidos e reconciliados reciprocamente, e no testemunho comum no mundo. Em suma: para a assembléia acontece comunhão total “quando todas as igrejas reconhecerem nas outras a plenitude da Igreja una, santa, católica e apostólica”<sup>6</sup>.

À medida que se passavam os anos, sempre novos temas foram sendo colocados em discussão e mais e mais igrejas, entidades e movimentos foram se aliando aos esforços em busca da unidade. Também as duas grandes guerras não conseguiram impedir esta caminhada, não obstante o ritmo tenha sido menos célere. 1948 foi o ano da fundação do CMI, a partir do qual Fé e Ordem passou a ser uma Comissão que prepara temas e material para o CMI como um todo, mas que também procura ficar fiel ao seu propósito inicial de tratar assuntos de fé, liturgia e organização eclesial que sejam controversos. O quanto esta Comissão mantém de sua autonomia pode ser ilustrado por um fato que não deixa de ter ainda outra relevância. A Igreja Católica Romana, que não é filiada e que, segundo últimas declarações, não pretende filiar-se ao CMI, é membro da Comissão de Fé e Ordem, participando como tal, através de seus delegados, de todas as atividades desta. É importante lembrar que a Comissão de Fé e Ordem, a exemplo do que acontece com o CMI, não tem força para tomar decisões com caráter normativo para as igrejas filiadas. A Comissão é, antes de mais nada, um fórum no qual se podem discutir questões que separam as igrejas umas das outras. A discussão, alimentada pelo que acontece no dia-a-dia das igrejas-membro, leva a resultados que são levados às igrejas, quer como docu-

mentos, quer como material de estudo, a fim de que estas, por sua vez, encaminhem novas propostas, façam críticas e indiquem pistas a serem seguidas. Até que ponto esta troca de descobertas e saberes acontece com toda a lisura e envolvimento das igrejas é uma questão controversa.

Neste ponto é preciso incluir um pequeno comentário sobre uma questão que tem sido discutida e que ainda não está de todo resolvida. Trata-se da pergunta pela forma de cada Igreja tomar suas decisões, especialmente as que passam a ser normativas no terreno de interpretação e doutrina (*Entscheidungsfindung, decision making*). Quem — eis a essência da questão — toma as decisões últimas e normativas em cada Igreja? Concílios, conferências episcopais, conselhos eclesiais, direções de Igreja, o clero, os leigos, o Papa, o Sínodo dos Bispos, as igrejas ortodoxas cada uma para si ou em algum encontro pan-ortodoxo? A princípio, esta questão parece até secundária, afinal, se uma Igreja decidiu, é isso que interessa, e não os mecanismos que levaram a tal decisão. No entanto, a realidade é outra. Atrás da pergunta pelos mecanismos se esconde uma questão teológica e doutrinária, se esconde a pergunta pela legitimidade de quem tomou a decisão. Se a nível particular isso é problema mais ou menos interno de cada Igreja, a nível ecumênico decisões assumem uma dimensão maior. Acontece que para algumas igrejas a forma estrutural da Igreja faz parte de sua essência, para outras não. Disso decorre que, num encontro ecumênico, as decisões poderiam ter pesos diferentes. Ora, é fácil imaginar o tipo de dificuldades que isso pode implicar. Há, porém, mais outro aspecto a ser considerado: Os participantes de uma assembléia de Fé e Ordem — que autoridade têm? Uns são bispos, outros patriarcas, outros presidentes de igrejas e outros “apenas” delegados (clérigos e leigos) de suas respectivas igrejas. Como se isso não bastasse, há um bom número de pastores participando, mas há igrejas que não aceitam o ministério feminino. É, tomar decisões é tarefa complicada!

## **2. Diálogos e Acordos Bilaterais**

A história nos ensina que há muito tempo existem diálogos e acordos bilaterais entre igrejas. Entre eles estão, apenas para exemplificar, diálogos e acordos em torno do reconhecimento mútuo do Batismo, de celebrações eucarísticas abertas de uns para os outros, de troca de púlpito. Na esteira desses diálogos aconteceram também uniões de igrejas e, não se pode esquecer, também no nascedouro do CMI estão muitos diálogos bilaterais.

Nem o CMI e nem a Comissão de Fé e Ordem pensam em assumir ou esvaziar este tipo de relações entre igrejas. Muito pelo contrário: estes diálogos e acordos aprofundam e concretizam as questões tratadas em escala maior, bem como dão pistas e lançam desafios, apontando para questões que precisam ser abordadas. Sempre que as partes o desejarem, Fé e Ordem se dispõem a participar de ditos encontros.

## **3. Batismo, Eucaristia, Ministério**

Sem menosprezar nenhum dos muitos assuntos discutidos e passos dados por Fé e Ordem, pode-se afirmar que 1982 é marcante para o trabalho

da Comissão. Em janeiro daquele ano, em assembléia celebrada em Lima, foi aceito por unanimidade o documento *Batismo, Eucaristia, Ministério* (BEM). Um documento que até aquele momento já tinha custado muito diálogo, muito estudo e muita dedicação foi *recebido* e encaminhado para discussão às igrejas-membro. Tem-se um ponto de partida concreto a partir de questões que são concretas para as igrejas e suas congregações. O peso que se emprestou a BEM (é conhecido assim internacionalmente) ficou evidenciado na celebração para a qual se usou uma liturgia criada especialmente para aquela oportunidade e que está relacionada com o assunto que estava na pauta das discussões<sup>7</sup>. O BEM (conhecido também como Documento de Lima) foi remetido a todas as igrejas-membro com o pedido de recepção e posicionamento. Fizeram-se traduções, mais do que de qualquer outro documento anterior. Foram distribuídos mais de 450.000 cópias do BEM, traduzidas para 31 línguas. Mais de 180 igrejas responderam, e estas respostas estão publicadas em seis respeitáveis volumes. No entanto, não só igrejas, mas também grupos, faculdades de teologia, comunidades anotaram e encaminharam seus comentários, suas críticas, seu apoio e seu desagrado<sup>8</sup>. As posições oficiais e oficiosas bem como as análises e comentários de entidades e pessoas são dos mais diversos. Há aqueles que se mostram eufóricos com o documento e o estágio a que se chegou; há os críticos, os céticos e os que não conseguem reconhecer, no BEM, algo de valor real e efetivo para as igrejas<sup>9</sup>.

Em 1985, em Stavanger (Noruega), a discussão continuou em assembléia, já com alguns resultados e posicionamentos à mão; e, em Budapeste (Hungria, 1989), se procurou aprofundar alguns aspectos, especialmente alguns dos mais controversos. Houve momentos muito críticos e complicados na discussão<sup>10</sup>; mesmo assim o plenário em Budapeste adotou por unanimidade a moção: “Batismo, Eucaristia e Ministério: o chamamento contínuo à unidade”<sup>11</sup>.

#### 4. A Fé Apostólica em Nossos Dias

Não é por acaso que, simultaneamente com o BEM, se estudou (e se estuda) também o assim chamado Credo Niceno; afinal, Batismo, Eucaristia e Ministério tem a ver com a fé que professamos. O Credo Niceno foi escolhido como aquele documento a partir do qual deve ser possível explicar a fé comum, pois um número expressivo de igrejas o usa em suas celebrações e o tem como um de seus documentos de doutrina. Junto com o BEM, esta discussão estava e continua na linha de frente das atividades de Fé e Ordem<sup>12</sup>. A verdade é que, levando-se em conta as reações e respostas ao BEM, fica claro que a discussão do Credo foi sobrepujada por aquele, embora ambos tenham muito em comum<sup>13</sup>. Tenho para mim que este fato é mais circunstancial do que o conteúdo, não em último lugar porque o BEM aborda pontos nevrálgicos das relações práticas entre as igrejas que

confessam a mesma fé (ao menos com a boca isso tem sido possível sem maiores dificuldades).

## **5. Dificuldades, Percalços, Retrocessos no Caminho da Unidade**

Seria um estado de graça perene se não houvesse dificuldades sérias no caminho em busca da unidade dos cristãos. Elas são um testemunho muito claro do quanto nós, cristãos, quer individualmente quer como igrejas institucionalizadas, estamos presos às nossas culturas, tradições, “vícios” religiosos. Nossas realidades eclesiais, sociais, econômicas e culturais são muito diferentes umas das outras. Tudo isso são *pré-conceitos* a partir e através dos quais lemos e discutimos o testemunho bíblico, nossas tradições e nossas ordens. Também aqueles que juram que a *norma normans* (a norma normativa) é exclusivamente a Sagrada Escritura não escapam disso.

Tento distinguir — entre outros — dois tipos de dificuldades de caráter mais prático na caminhada com o BEM.

### **5.1 — Discussão e Prática nas Reuniões e Assembléias de Fé e Ordem**

É interessante constatar que a discussão maior não foi em torno do Batismo. Houve até muito consenso neste particular. Isso mudou quando a discussão foi à Eucaristia, por exemplo no tópico da presença simbólica ou real, ou da transubstanciação, ou da relação entre palavra e sacramento. É bom lembrar que neste ponto nem há unanimidade entre as igrejas luteranas do mundo, como se poderia supor. O texto apresentado no documento BEM é conciliador, mas suscita muita discussão. Isso se evidenciou de forma mais clara no momento de falar a respeito do Ministério. Perguntas já históricas voltam, evidentemente: a questão da sucessão apostólica, o caráter (indelével ou não) da ordenação, a pergunta por quem, em cada Igreja, pode realizar a ordenação ao Ministério. Entra logo a pergunta pela Igreja como um todo, pelo papel do Ministério, se ele faz parte ou não da essência da Igreja. Pergunta-se por quem deve (ou não) administrar, sobretudo, o sacramento da Eucaristia. E entra uma questão que é mais recente, a saber, a pergunta pelo ministério feminino. É sabido que a Igreja Católica Romana e a maioria das igrejas ortodoxas bem como não poucas igrejas protestantes não aceitam o ministério feminino. Em uma das discussões um dos teólogos ortodoxos presentes considerou a ordenação de mulheres para o Ministério uma decisão unilateral de algumas igrejas que o fizeram sem consultar as demais e que com isso deram um passo prejudicial ao ecumenismo. Sentiu-se, porém, que entre os ortodoxos não há uma unanimidade monolítica a este respeito.

Lembre-se ainda que, quando se discute o papel da Igreja no mundo ou quando o assunto é a criação e a redenção, necessariamente vêm à baila o conflito Norte-Sul, a questão riqueza-pobreza, o problema do envolvimento político da Igreja. As diferenças se revelam não somente entre igrejas de tradições distintas, mas também entre igrejas da mesma confissão

que vivem em hemisférios diferentes. Às vezes, nestas reuniões, não se falam apenas idiomas diferentes, mas mesmo falando o mesmo idioma se falam línguas diferentes!

Não resta a menor dúvida de que as diferenças que se revelam nas reuniões e discussões de trabalho, ficam patentes também nas celebrações diárias. Até o momento — por motivos óbvios — ainda não se progrediu mais do que iniciar e encerrar os trabalhos de cada dia com celebrações litúrgicas (liturgia da palavra). No entanto, pela manhã, antes de se iniciarem as sessões, há igrejas que têm suas próprias celebrações eucarísticas (os anglicanos convidaram a quem quisesse participar). Confesso que eu tenho muita dificuldade em aceitar o fato de existirem celebrações paralelas em reuniões que, por definição, estão empenhadas na busca da unidade. A questão, porém, é mais complicada ainda. Os ortodoxos fazem questão de celebrar sua missa toda no dia em que são responsáveis pela celebração litúrgica oficial. Entretanto, no início da celebração (uma celebração impressionante, aliás) é lembrado que não existem condições para convidar a todos para participarem da Eucaristia, que todos, porém, participam de alguma forma através da *manducatio spiritualis* (o comer espiritual). E as dificuldades não ficam por aí. Assim, por exemplo, o culto de encerramento da Assembléia de Budapeste fora previsto para ser celebrado na igreja luterana local, havendo menção expressa de que a Eucaristia seria aberta a todos que se sentissem livres para participar. Muitos ortodoxos se sentiram impedidos de ir ao culto — já nem se fala de uma participação na Eucaristia — porque souberam que uma pastora estaria co-celebrando.

## 5.2 — Encaminhamento e Discussão nas Bases

O problema da tomada de decisão (vide acima) traz em seu bojo também a pergunta pelo encaminhamento e pela discussão dos temas nas respectivas bases. Ora, o ideal seria que um grande número de membros das diversas igrejas pudesse discutir os assuntos encaminhados. Melhor ainda seria se esta discussão pudesse acontecer entre membros de diversas igrejas, levando-se, posteriormente, os resultados até Fé e Ordem. O mesmo se deveria poder esperar também dos acordos bilaterais bem como, de resto, das discussões tomadas dentro de cada Igreja. Sabemos de nossa própria prática que a maioria dos assuntos encaminhados pela cúpula não chega a ser discutida nas bases<sup>14</sup>, exceção feita a alguns distritos e comunidades. Faltam-nos mecanismos ou formas de encaminhamento às bases. Sem dúvida, Batismo, Eucaristia e Ministério são assuntos importantes para as comunidades, mas não tanto em seus detalhes teológicos controversos e sim nas questões de ordem mais prática. As perguntas são: Quem pode ser batizado? Quando? Quem podem ser padrinhos e madrinhas? Por que não podem ser todos de outra Igreja, se as pessoas de melhores relações ou os vizinhos não são da própria Igreja? A partir de quando alguém pode participar da Eucaristia? Quem, em última análise, controla se alguém deliberadamente pratica a intercomunhão por conta própria e sem fazer alarde?

É de se perguntar se é relevante para os membros entender as diferenças teológicas entre esta e aquela ordenação, uma vez que eles costumam ter critérios próprios para avaliar ministros e ministras. Na IECLB, por exemplo, muitas barreiras em relação ao ministério feminino foram desaparecendo à medida que pastoras iam conquistando o seu espaço de atuação.

Ensina a experiência que ecumenismo é praticado quando pessoas de uma determinada área têm objetivos comuns. Vai daí que temos ações e celebrações conjuntas quando, por exemplo, agricultores ou moradores de periferias se unem em favor de causas concretas ou ações conjuntas. Vez por outra tem sido possível até a realização de celebrações ecumênicas abrangentes<sup>15</sup>.

Entretanto, é preciso ser realista também na avaliação do ecumenismo nas bases. A tendência, também aqui — de novo: salvo exceções — é de retrocesso. Ao que se pode constatar, acontece uma volta à própria Igreja e aos problemas a ela ligados. Somente onde há lideranças de espírito ecumênico acontecem programas conjuntos e se buscam ações em direção da unidade desejada. Um exemplo: Em quantos lugares se celebra o Dia Mundial de Oração? Destes, onde a celebração é ecumênica? E, onde a celebração é confessional? A mesma pergunta se pode fazer em relação à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos: Onde acontece? Quantas pessoas participam?

## **6. Somente através de um Terremoto Ecumênico?**

Há indícios muito claros de que o ecumenismo está em crise. Poder-se-ia dizê-lo de outra forma: já não há aquele ímpeto inicial. Sabe-se que uma década (até o ano 2000) não será suficiente para atingir a unidade vislumbrada há bastante tempo. Mas será que se pode dizer que a tendência ou o caminho é uma derrocada ecumênica e o fim dos organismos que foram sendo criados em países, continentes e a nível mundial? Penso no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), no Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), no Conselho Mundial de Igrejas, suas comissões e seus projetos. A mesma pergunta pode ser feita à Fraternidade Teológica, à Visão Mundial e outros. Será que tudo isso é tão passageiro a ponto de ensaiarmos agora a despedida e o retorno de cada uma das igrejas ou movimentos aos seus próprios afazeres, limitados aos seus próprios muros?

A resposta parece não estar apenas em uma frase.

Antes de mais nada, permanece o desafio do próprio Deus, cujo projeto é a unidade, que pode ser uma unidade multiforme e rica em facetas, mas em todo caso uma unidade na qual todos reconhecem, também na outra forma de ser Igreja, a verdadeira Igreja una, santa, católica e apostólica. Esquecer este desafio é sectarismo idólatra.

Não se podem ignorar os passos e esforços ecumênicos que já aconteceram através de mais de um século. Não se podem ignorar documentos, estudos, reflexões e o fato de, ao menos para um certo número de igrejas, tudo isso ter sido um início de aproximação com outras igrejas. Não se po-

de esquecer que os encontros ecumênicos levaram igrejas a se darem conta de si mesmas e a se exporem também à crítica, o que sem dúvida fez com que pontos da teologia e da tradição fossem revistos, agora sob a luz de outras teologias e tradições. Eu até arriscaria a dizer que, por exemplo, existe um antes e um depois do documento *Batismo, Eucaristia, Ministério*, ainda que, até o momento, os seus resultados tenham chegado apenas timidamente até às bases, até às congregações das diversas igrejas.

Ao mesmo tempo é preciso dizer que muitas discussões ficaram no terreno acadêmico (não que a discussão acadêmica seja inútil) e que muitas preocupações das bases não chegaram até às mesas de discussão, o que, mantidas as proporções, vale para quase todas as entidades ecumênicas.

Por isso é de se perguntar: Que mecanismos deveriam ser usados para acontecer uma interrelação entre os encontros de discussão e a vida das bases? O que fazer para que as bases sejam ouvidas e consigam ouvir? Ora, as bases também não são donas da verdade! Será que todos os temas que vão para as agendas são existenciais para as congregações? Ou será que às vezes, nas mesas de discussão, o pecado de saber e entender mais e de, por isso, decidir mais é marca registrada?

Até que ponto somos capazes — continuo a perguntar — e libertados pelo Espírito Santo de Deus para ver em nossas próprias tradições e formas de ser Igreja algo relativo e tão humano que deveria ser possível abrir mão de alguma coisa em favor do outro, sem por isso estar traindo a causa do evangelho? Quantas vezes será que continuamos confundindo a forma circunstancial com a essência? Não se trata de apontar esta ou aquela Igreja, pois ninguém está isento deste risco.

E, será que a falta de dinheiro constatada na assembléia de Cambera levará a fazer cortes apenas em projetos ou também a uma revisão estrutural, com a finalidade de sermos menos onerosos? É óbvio que sempre se necessitará de dinheiro, também para trabalhar em favor da unidade.

Eu gostaria de interpretar a *crise* no sentido original do conceito grego, como sendo um momento de discernir, através de avaliações, tudo o que se tem feito, criado, estruturado. O século XX não é o século da Igreja como foi preconizado por um teólogo e nem será o século da unidade dos cristãos. A Igreja teve inúmeras oportunidades de mostrar suas falhas (houve, sem dúvida, muitas virtudes) e o ecumenismo parece que está esbarrando em limites que não se suspeitavam. Não obstante, o número de filiações ao CMI continua crescendo.

Apesar de tudo isso ousou crer em uma Igreja que está a caminho da unidade dos cristãos, em uma Igreja cujas igrejas são ecumênicas. Ouso dizer que ser ecumênico faz parte da essência da Igreja e deveria fazer parte da essência das igrejas. Uma Igreja que se fecha em si mesma, absolutizando sua teologia, suas tradições e suas celebrações, é idólatra. Cuidado! No mínimo é perigoso atirar a primeira pedra.



Tomo emprestado o tema da última assembléia do CMI para modificá-lo e dizer:

Vem, Espírito Santo, mostra à tua Igreja o caminho da unidade... ainda que seja necessário um terremoto ecumênico.

## Notas

- 1 Oivind OSTAG, Ökumenisches Erdbeben vor kirchlicher Einheit notwendig, *LWIInformation*, Genebra, 28 fev. 91, p. 3.
- 2 Evangelho de João 17.20, segundo a tradução da Bíblia de Jerusalém.
- 3 Oivind OSTANG, op. cit.
- 4 Ibidem.
- 5 Neste ano, em Edimburgo, se realizou a Conferência Internacional de Missão, que deu origem às três grandes Comissões: Fé e Ordem, Vida e Ação e Conselho Missionário Mundial.
- 6 Ibidem.
- 7 A liturgia é conhecida como "Liturgia de Lima". Cf. Günther GASSMANN, Report of the Secretariat, in Thomas BEST, ed., *Faith and Renewal*, Genebra 1986, p. 29.
- 8 Cf. Oliver TOMKINS, Faith and Order 1910-1985: a recollection, ibidem, pp. 25s.
- 9 Não cabe aqui entrar nesta discussão. Nos seis volumes de respostas podem ser encontradas todas as posições. A revista *Kerygma und Dogma*, 31(1): todo o exemplar, jan.-mar. 85, é dedicada à discussão de diversos teólogos, e na mesma revista, 32(1):35-51, jan.-mar. 86, temos uma contribuição de W. Pannenberg. Um resumo de todas as contribuições foi publicado em 1990 sob o título *Baptism, Eucharist & Ministry 1982-1990* e editado por T. BEST.
- 10 Por exemplo na questão do ministério feminino. No entanto, a assembléia de Budapeste teve a seu encargo também preparar matéria para a Assembléia Geral em Camberra (1991), o que mostrou diferenças de interpretação em questões de justiça, riqueza-pobreza, exploração da natureza.
- 11 *Baptism, Eucharist and Ministry: A Statement*, in: Thomas BEST, ed., *Faith and Order 1985-1989*, Genebra 1990, p. 29.
- 12 Cf. GASSMANN, op. cit.
- 13 Falar de Igreja é também falar de Sacramentos e Ministério.
- 14 Uwe KLIEWER, Questionário sobre a relação membro-comunidade-sociedade, in G. BURGER, ed., *Quem assume esta tarefa?* S. Leopoldo, 1977, pp. 157s.
- 15 Cf., a título de ilustração: Clóvis LINDNER, Mutirão da vida vai além do ecumenismo oficial, jornal *O Caminho*, Joinville, abr. 91, n° 4, p. 05.

Harald Malschitzky  
Secretário de Formação da IECLB  
Caixa postal 2876  
90001 — Porto Alegre — RS